



# A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964 — UMA APROXIMAÇÃO SINTÉTICA ENDEREÇADA AOS JOVENS

Virgílio da Veiga

*O aniversário da Revolução de 31 de março de 1964 insere-se no bimestre abrangido por esta edição.*

*A Defesa Nacional assinala essa efeméride, em artigo assinado por seu Redator Executivo, sem qualquer conotação de saudosismo ou insinuação de retorno. Mas como registro de uma fase muito profícua da vida republicana, de uma tentativa de organização econômica, social e política para o País, que só não deu certo em função das condições internacionais adversas.*

*Faz parte de qualquer mudança de regime tentar-se denegrir o passado recente, como forma de autopreservação.*

*A Defesa Nacional entende ser de justiça apresentar uma interpretação desse período que marcou o Brasil, não com o estigma do arbítrio na acepção que se empresta ao termo, mas como um salto vigoroso para a posição que lhe cabe ocupar entre as nações terrestres, cuja dimensão e benefícios decorrentes haverá de sobrepor-se às avaliações distorcidas que dele se faz.*

*O arbítrio, quando existiu, jamais deixou de considerar os interesses legítimos do País e a vontade soberana do seu povo.*

*Haja vista a forma como se extinguiu.*

**P**ara os jovens leitores que viveram os tempos das "diretas já" e se impregnaram da abominação do "entulho autoritário", da "ditadu-

ra militar", e do "Brasil nunca mais", a oportunidade deste artigo é, quando nada, discutível, senão imprópria.

É normal que se julguem fa-

tos do passado com dados do presente.

Em 31 de março de 1964, eram eles ainda crianças, bebês apenas ou sequer tinham nascido.

Para entender e julgar o que se passou vinte e três anos atrás, é preciso que se tenha vivido aquela época, com condições de bem interpretá-la.

Vamos, assim, tentar viver o cenário desse tempo.

Imaginem os cariocas um Rio de Janeiro sem túnel Rebouças, sem túnel Dois Irmãos, sem ponte Rio-Niterói, sem metrô, sem elevados, sem viadutos, sem passarelas, sem supermercados, sem *shopping-centers*, Aterro do Flamengo ainda em construção. . .

De igual forma, os naturais de outras cidades, outros estados, encontrarão parâmetros próprios em que se apoiar nessa regressão.

Imagine-se um Brasil com apenas 124 mil estudantes universitários; com pouco mais de 11 mil quilômetros de rodovias pavimentadas; com pouco mais de 1 bilhão de dólares de exportação, calçada no café e em produtos primários; produzindo por ano apenas 147 mil veículos e 37,5 milhões de barris de petróleo; com uma política habitacional que, em 26 anos, construíra apenas 120 mil casas financiadas; um Brasil sem Embratel e sem Telebrás, impedido de comunicar-se com os pontos mais distantes do seu território; um Brasil sem informática e

sem TV a cores; com energia elétrica incerta, com uma inflação beirando os 100%, mas sem mecanismos reguladores de proteção de salários e sem poupanças. . .

Considere-se a escassez contumaz de alimentos promovendo filas intermináveis para a aquisição de produtos básicos de subsistência; considere-se a incerteza de chegar ao trabalho ou retornar ao lar, pela paralisação sistemática do sistema de transportes. . .

Imagine-se, nesse contexto, um Presidente da República sem a serenidade e a seriedade do atual Presidente, mas um Presidente influenciado pelas ambições do próprio cunhado e por grupos sindicais de pressão, em campanha populista aberta, visando a desmoralização do Congresso e das instituições nacionais, na luta por uma intitulada "República Sindicalista", mal delineada nos seus objetivos e intenções, mas profundamente comprometida com a subversão. . .

Imagine-se o Movimento Comunista Internacional, não em processo revisionista de sua postura econômica e política de agora, às voltas com a penosa aventura do Afeganistão, assustado com a chamada "guerra nas estrelas" e forçado a reconhecer o fracasso do estado-empresário como produtor dos bens de consumo reclamados pela sociedade. Mas o Movimento Comunista Internacional vitorioso na quebra do monopólio

nuclear do seu grande rival, lançando-se pioneiro na conquista do espaço e empenhado ostensivamente em manipular o descontentamento das massas populares que ele mesmo aticava, para seu exclusivo benefício. . .

Imagine-se, por fim, a vitória recente da Revolução Cubana, instalando o primeiro governo comunista na América e exportando, para as populações insatisfeitas do resto do continente, seu ilusório fascínio.

Pois bem, foi esse, nos seus aspectos mais significativos, o caldo de cultura que propiciou as condições para a eclosão do Movimento de Março de 64.

Não foi ele, porém, sua causa.

As causas são bem mais antigas e bem mais profundas.

Em relação à colonização espanhola, a colonização portuguesa tem, pelo menos, um ponto em comum. Precavidos contra a autodeterminação das colônias, não as orientaram para administrarem seus próprios destinos. Os governantes que lhes ofereceram foram pródigos em exemplos de abusos, desonestidade, ambições pessoais e apego aos benefícios proporcionados pelo poder.

Essa foi a origem da nossa formação política, beneficiada pelo descuido para com a educação do povo, sempre relegada a plano secundário, pelas nossas próprias condições de pobreza ou pela determinação criminosa nesse sentido.

Em decorrência de uma

classe política malformada, das condições precárias de educação do povo e da crônica submissão ao capital externo, preço que teve que pagar ao assumir a condição de nação independente, o Brasil se manteve à margem das transformações que ocorreram no mundo, mormente a partir da Revolução Industrial, do surgimento da máquina como força de trabalho.

A partir da Primeira Grande Guerra, as mudanças do mundo passaram a fazer-se com velocidade espantosa, e o descompasso do progresso foi-se tornando cada vez mais intenso, hierarquizando as nações de acordo com seu grau de desenvolvimento. E as aspirações pelo uso dos benefícios criados por esse progresso foram sendo sentidas com intensidade crescente graças à evolução assombrosa dos meios de comunicação de massa e ao poder das mensagens por eles produzidas.

Faltava-nos base econômica para atender aos reclamos sociais, enquanto a estrutura política, permanentemente envolvida por problemas de menor dimensão, negava os instrumentos necessários para construí-la.

Alheias ao jogo de interesses dominante, as Forças Armadas, mercê do patriotismo estóico que cultuam, em função de sua destinação constitucional, foram periodicamente chamadas pela sociedade, ao longo da vida republicana, a intervir no processo político.

Desprovidas de ambições,

nuclear do seu grande rival, lançando-se pioneiro na conquista do espaço e empenhado ostensivamente em manipular o descontentamento das massas populares que ele mesmo atiçava, para seu exclusivo benefício. . .

Imagine-se, por fim, a vitória recente da Revolução Cubana, instalando o primeiro governo comunista na América e exportando, para as populações insatisfeitas do resto do continente, seu ilusório fascínio.

Pois bem, foi esse, nos seus aspectos mais significativos, o caldo de cultura que propiciou as condições para a eclosão do Movimento de Março de 64.

Não foi ele, porém, sua causa.

As causas são bem mais antigas e bem mais profundas.

Em relação à colonização espanhola, a colonização portuguesa tem, pelo menos, um ponto em comum. Precavidos contra a autodeterminação das colônias, não as orientaram para administrarem seus próprios destinos. Os governantes que lhes ofereceram foram pródigos em exemplos de abusos, desonestidade, ambições pessoais e apego aos benefícios proporcionados pelo poder.

Essa foi a origem da nossa formação política, beneficiada pelo descuido para com a educação do povo, sempre relegada a plano secundário, pelas nossas próprias condições de pobreza ou pela determinação criminosa nesse sentido.

Em decorrência de uma

classe política malformada, das condições precárias de educação do povo e da crônica submissão ao capital externo, preço que teve que pagar ao assumir a condição de nação independente, o Brasil se manteve à margem das transformações que ocorreram no mundo, mormente a partir da Revolução Industrial, do surgimento da máquina como força de trabalho.

A partir da Primeira Grande Guerra, as mudanças do mundo passaram a fazer-se com velocidade espantosa, e o descompasso do progresso foi-se tornando cada vez mais intenso, hierarquizando as nações de acordo com seu grau de desenvolvimento. E as aspirações pelo uso dos benefícios criados por esse progresso foram sendo sentidas com intensidade crescente graças à evolução assombrosa dos meios de comunicação de massa e ao poder das mensagens por eles produzidas.

Faltava-nos base econômica para atender aos reclamos sociais, enquanto a estrutura política, permanentemente envolvida por problemas de menor dimensão, negava os instrumentos necessários para construí-la.

Alheias ao jogo de interesses dominante, as Forças Armadas, mercê do patriotismo estóico que cultuam, em função de sua destinação constitucional, foram periodicamente chamadas pela sociedade, ao longo da vida republicana, a intervir no processo político.

Desprovidas de ambições,

contornavam as crises determinantes do seu chamamento e recolhiam-se aos quartéis, restituindo o governo ao poder civil. Logo o processo voltava a repetir os mesmos erros e se restabelecia o círculo vicioso.

A partir de 1945, para pôr fim à ditadura Vargas, essas intervenções foram-se tornando cada vez mais freqüentes: em 1954, em oposição, uma vez mais, a Vargas, em seu novo mandato constitucional; em 1955, para garantir a posse de Juscelino Kubitschek, Presidente eleito; em 1961, para opor-se à posse de João Goulart, vice-presidente do renunciado Jânio Quadros.

Desta sorte, em 1964, em face do contexto de início esboçado, quando chamadas a intervir no processo político, as Forças Armadas, considerando os insucessos de suas posturas anteriores e as peculiaridades da conjuntura internacional, estimulantes à implantação de governos militares como meio de deter a expansão desenfreada do comunismo, decidiram assumir o poder.

Disponham-se elas a promover uma revolução nos campos econômico, social e político e alcançar uma democracia legítima e durável, que pudesse caminhar, em passos firmes, sem a sua tutela.

Fortalecendo o Poder Executivo, os governos militares, sob o lema "desenvolvimento e segurança", conseguiram neutralizar oposições e, pela continui-

dade administrativa, jamais conseguida até então, colher expressivos êxitos no campo da economia, a partir do qual entendiam tornar viáveis as transformações exigidas nos campos social e político.

A inflação que, em 1964, beirava os 100% declinou, três anos após, até abaixo de 20% e se estabilizou nesse índice, entre 1967 e 1973. Produziram-se no período taxas de crescimento que assombraram o mundo, dando origem ao chamado "milagre brasileiro", que tanto orgulho despertou àquele tempo e que tantas contestações recebe em nossos dias. O emprego se fez pleno, e o País encheu-se de esperanças.

A Revolução afigurava-se consolidada e irreversível, com o apoio e sob os aplausos da grande maioria dos brasileiros.

Aí aconteceram os conhecidos "choques do petróleo". Destabilizou-se, com eles, a economia mundial, deixando, em pouco tempo, fora de controle os preços cobrados nas operações de crédito a que se obrigaram os governos militares, para garantir a consecução das metas por eles formuladas e fornecer-lhes meios para enfrentar os novos desafios gerados na economia do País.

De tudo isso, resultou o crescimento da dívida externa, alçada a níveis jamais imaginados, a inflação atingiu a casa dos três dígitos e as consequências sociais se fizeram sentir, municinando a reação política.

Reconhecendo seu divórcio com a opinião pública, o Movimento traçou então o caminho da abdicação voluntária do poder, devolvendo-a à vontade popular, antes de ter atingido os objetivos a que se propusera.

Dentre eles, o de maior apelo político passou a chamar-se "dívida social" que, desfraldada como bandeira, procurou invalidar todas as conquistas revolucionárias. Sob a ótica radical das transformações abruptas, em vez de progressivas, todos os passos dados pela Revolução em benefício do trabalhador foram esquecidos. O FGTS, o FUNRURAL, o FINSOCIAL, a aposentadoria por velhice do homem do campo, a demarcação da reforma agrária e tantas outras criações desmentem o descaso imputado à Revolução com os problemas sociais.

A verdade, encarada sem paixões, é que, no processo de desenvolvimento da nação brasileira, o Movimento de 31 de Março de 1964 representou um passo de gigante, cuja verdadeira dimensão o futuro haverá de comprovar.

Seu julgamento não se fará pelas eventuais ações de arbítrio que cometeu, pela empatia dos homens que a conduziram, nem pelos desvios de comportamento no uso do bem público em que, marginalmente, possa ter-se envolvido. Mas pelas transformações que produziu, sólidas e insofismáveis no campo econômico, e cujos benefi-

cios, diretos no campo social e indiretos no campo político, haverão de receber o reconhecimento da posteridade.

Quem comparar, com isenção de espírito, o Brasil de agora com o Brasil de 1964, catalogando as conquistas consumadas, há de constatar que os 23 anos de "arbítrio", ou "ditadura militar", se fizeram sempre pensando num destino melhor para nossa Pátria.

Ao fim do regime revolucionário, malgrado todas as dificuldades enfrentadas, tinha-se conseguido entre seus feitos de maior relevância: diminuir a dependência do País em relação à importação de energia de 80% para menos de 40%; aumentar as exportações anuais, de 1,2, para 22 bilhões de dólares; a produção industrial em 85%; a área plantada para produção de alimentos com 20 milhões de hectares; criar 13 milhões de novos empregos; registrar a presença de 10 milhões de estudantes nos bancos escolares; ampliar a população economicamente ativa de 29,5 milhões para 45 milhões e 797 mil. Já em 1983, a expectativa de vida aumentara de 55 para 63 anos; o número de unidades habitacionais financiadas, de 120 mil para 4 milhões e 200 mil, e em 266% o percentual de água tratada nos municípios brasileiros. Em 1964, éramos a 49ª economia mundial, com uma população de 80 milhões de pessoas e uma renda *per capita* de 900 dólares; no início de 1985, tí-

nhamos sido alçados à posição de 8ª economia do mundo, com 130 milhões de habitantes e uma renda *per capita* de 2.500 dólares. Ao término do período revolucionário, nossa dependência do exterior para crescer diminuíra significativamente, graças à política de substituição de importações.

Mesmo os maiores opositores do "regime militar" hão de reconhecer que, sem esses resultados, o chamado Plano Cruzado teria sido inviável, ou demoraria muito menos para apresentar seus desequilíbrios em

relação à verdade da economia.

De resto, se nenhum saldo positivo se pudesse destacar, o Movimento de 31 de Março de 1964 livrou o Brasil dos grupos de guerrilha que se enquistaram, resistentes, nos países em torno de nós, e do terrorismo ideológico, praga maldita que grassa pelo resto do mundo. E, mais que tudo, extinguiu-se sem traumas, sem heranças de ódio, mercê de sua sensibilidade à vontade da Nação e de sua identificação com os anseios legítimos de parcela ponderável do nosso povo.



*Cel Eng R/1 VIRGÍLIO DA VEIGA – Promovido ao posto atual por merecimento em 30.04.75, tem os seguintes cursos militares: Engenharia, da Academia Militar das Agulhas Negras; Instrutor de Educação Física, da Escola de Educação Física do Exército; Técnica de Ensino, do Centro de Estudos de Pessoal; Operacionalização dos Objetos Educacionais, do CEP; Ensino Programado, do CEP; Engenharia, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do*

*Exército; Comando e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior dos EUA (Fort Leavenworth); Superior de Guerra, da Escola Superior de Guerra. Entre suas comissões mais recentes destacam-se: Instrutor da ECEME, Chefe do Estado-Maior do 2º Grupamento de Engenharia de Construção; Comandante do 3º Batalhão de Engenharia de Combate; e Participante da 8ª Conferência dos Exércitos Americanos.*